
05. OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA: MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS NOS MUSEUS DE SÃO CRISTÓVÃO/SE

Mariana Selister Gomes¹
Cyndiane Escarlete Dias Vasconcelos²

Introdução

Onde estão as mulheres, os negros e os indígenas nos museus de São Cristóvão? Esta é a questão que norteia este artigo, inserido no Projeto de Pesquisa “Narrativas Patrimoniais e Turísticas em Cidades Históricas: (des)(re)construções do luso-tropicalismo no Brasil e em Portugal”³. A problemática da pesquisa centra-se na reflexão sobre a história colonial que tem sido narrada através das cidades históricas, bem como, sobre as relações de poder envolvidas neste narrar.

Na década de 1970, a historiadora feminista francesa Michele Perrot inicia sua crítica e reflexão sobre os silêncios da historiografia acerca do papel das mulheres na História (Perrot, 2010; Pedro, 2003). Em sentido semelhante, em 2012, a Organização das Nações Unidas criticou Portugal por narrar, em suas escolas, uma história inexata sobre o período colonial. Esta história inexata e mítica (Lourenço, 1999) estaria marcada: pelo silêncio sobre o racismo e o sexismo; pelo reforço do papel do português como civilizador; pela ausência de críticas ao extrativismo, à escravidão, ao colonialismo e à imposição da cultura europeia; e, ainda, pela invisibilidade, inferiorização e folclorização da contribuição de indígenas e africanos. Esta mesma versão luso-tropical da História (Castelo, 1998) é criticada há algum tempo no Brasil (Guimarães, 2005; Munanga, 1999), através da denúncia do mito da democracia racial; tendo decorrido destes embates a Lei 10.639/2003, que obriga o ensino de História e Cultura

¹ Professora Doutora do Núcleo de Turismo e do PPGS / UFS. E-mail: marianaselister@gmail.com.

² Mestranda no PPGSociologia / UFS. E-mail: cyndiane.vasconcelos@gmail.com

³ Este projeto foi desenvolvido ao longo de 2014 e 2015, com financiamento da CAPES e do CNPq, através da Chamada Pública nº 43/2013, sendo coordenado pela Prof^a Dr^a Mariana Selister Gomes e tendo como Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-COPES/UFS, em 2015, a aluna Cyndiane Escarlete Dias Vasconcelos. Foram pesquisadas dez cidades históricas (Salvador, Recife, Olinda, São Cristóvão, Ouro Preto, Belo Horizonte, Lisboa, Sintra, Porto e Belmonte), analisando-se o discurso de museus, igrejas, monumentos e guias de turismo, através de 13 indicadores. Realizaram-se, ainda, dez entrevistas semiestruturadas com gestores públicos da área do Patrimônio Cultural.

Africana e Afro-brasileira nas escolas, complementada pela Lei 11.645/2008, que se refere a História e Cultura dos Povos Indígenas.

No entanto, apesar das discussões públicas acerca dos silêncios da História em torno das mulheres, negros e indígenas, as Cidades Históricas, seus museus e monumentos, não tem sido alvo de reflexão, pesquisa e transformação. É neste âmbito que se situa o Projeto Narrativas, bem como, este artigo em específico, o qual enfoca a cidade de São Cristóvão.

São Cristóvão situa-se a cerca de 23 km da capital sergipana Aracaju, é considerada a 4ª cidade mais antiga do Brasil, tendo sido a primeira capital de Sergipe. Foi fundada em 10 de janeiro de 1590, por Cristóvão de Barros, após conflito e ocupação militar sobre os territórios indígenas. A cidade seguiu o mesmo modelo de colonização portuguesa, com o estabelecimento de ordens religiosas para a catequização e engenhos de cana-de-açúcar com a utilização de mão de obra escravizada. A cidade possui um importante acervo de bens materiais (casarios e igrejas do período colonial) tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Abadia, Barroco, 2012). Destaca-se, a Praça São Francisco que recebeu o título da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de Patrimônio Cultural da Humanidade em 2010. São Cristóvão possui, ainda, patrimônios culturais imateriais, como a doçaria e as festas religiosas, no entanto, estes não possuem, até o momento, registro oficial no IPHAN (Leal, Aragão, 2012).

Para analisar como as mulheres, negros e indígenas aparecem nas narrativas dos museus de São Cristóvão, a metodologia utilizada foi análise de práticas discursivas (textos, falas e imagens), no âmbito da arque-genealogia do saber-poder, a qual é inspirada no modo de operar de Michel Foucault. A técnica de coleta de dados em São Cristóvão foi sobretudo a observação.

A Arque-genealogia (Foucault, 1986; 2004) propõe o resgate dos percursos de construção dos saberes, assim como, a análise de como estes compõem relações de poder. A emergência de saberes é perceptível através de diversos vestígios discursivos (textos e imagens de diferentes fontes) de maneira não necessariamente organizada e programada (por isso a analogia com o método arqueológico). A análise das relações de poder permite compreender a emergência e a naturalização de determinados saberes, assim como, identificar uma ordem discursiva hegemônica (esse mapeamento é chamado de genealogia). O objetivo não é compreender as representações por trás dos discursos, e sim analisar os discursos “como séries regulares e distintas de acontecimentos” (Foucault, 2008, 59). Isto significa que os discursos que emergem nos museus são vestígios de uma ordem discursiva que constrói

papéis sociais para as mulheres, negros e indígenas, bem como, sustenta relações de poder patriarcais e racistas.

A seguir será apresentada uma breve reflexão teórica sobre os museus, o turismo, a memória e o esquecimento em cidades históricas. Em seguida, serão apresentados os resultados da análise sobre os museus de São Cristóvão.

1. Os Museus, Turismo, Memória e Esquecimento em Cidades Históricas

Conforme Gastal (2006), as cidades são textos e podem ser interpretadas em seus sentidos. Nas cidades históricas, os sentidos podem ser percebidos nas narrativas turísticas e patrimoniais, que por vezes competem, por vezes complementam-se. Atualmente, as cidades históricas ganham importância e, por isto, precisam ser analisadas dentro deste debate público sobre as narrativas do passado. Conforme Huyssen (2000), hoje em dia há um grande interesse nas questões do passado, associado a comercialização da nostalgia. Choay (2001) aponta no mesmo sentido ao destacar que a difusão em massa de bens culturais através do turismo possibilitou que milhões de pessoas se interessassem por monumentos históricos.

Nas cidades históricas se estabelece relação entre Turismo e Patrimônio Cultural, de forma complexa. Segundo Canclini (1999), gestores e pensadores do Patrimônio Cultural percebem o Turismo a partir de duas visões principais: uma paranóica e outra utilitarista. A primeira aponta apenas os aspectos negativos do turismo, destacando a transformação da cultura em mercadoria e o alijamento da comunidade de sua própria cultura. A segunda defende o turismo, centrando-se na geração de riqueza e renda que este provoca.

No entanto, ao lado dessas duas visões hegemônicas, emerge as discussões sobre “um outro turismo possível” (Gastal; Moesch, 2004) e sobre um “turismo humanizado” (Krippendorf, 2003). Nesta perspectiva, importa pensar as possibilidades do turismo em: proporcionar riqueza de forma mais justa; divulgar a cultura de forma menos massificada; possibilitar o encontro cultural; incluir diferentes grupos nos espaços de lazer; promover a educação patrimonial para turistas e comunidade local; ser uma ferramenta de apropriação da comunidade sobre seu espaço, fomentando a cidadania; entre outras. É nesta perspectiva que este artigo se insere, atento para os problemas do Turismo apontados pelos Estudos Urbanos (Fortuna, Leite, 2013).

O entendimento que se busca desenvolver aponta que a relação entre Turismo e Patrimônio é complexa e pode ocorrer de diferentes formas (Dias, 2006). O Turismo pode sim

auxiliar na viabilidade econômica dos Patrimônio Cultural e Natural, mas desde que isto seja feito com responsabilidade, sustentabilidade e planejamento, para que não se extrapole a capacidade da carga (Oliveira, 2003) e para que a comunidade esteja inserida no processo (Barretto, 2007).

O Turismo Cultural pode ser entendido como um facilitador ou mediador cultural, ao possibilitar a comunidade local (re)conhecer a sua própria cultura, assim como, a cultura de outras sociedades. Pode, também, proporcionar aos visitantes, o conhecimento de uma cultura diferente onde os mesmos podem absorver experiências, conhecimentos e aprendizados.

Neste sentido, o turismo cultural assume um papel educativo que visa consolidar através de um processo complexo, um conhecimento partido do contato direto do indivíduo com o seu interesse cultural, podendo ser ele um sítio arqueológico, um museu, um monumento histórico, etc. (Dias, 2006). Segundo o pensamento do autor, pode-se compreender que o turismo cultural apresenta um caráter educador ao considerar a sua capacidade em disseminar determinado conhecimento e aprendizado, partido de um interesse particular do(s) indivíduo(s). Quanto a definição do conceito de turismo cultural, Dias menciona:

O turismo cultural é um dos principais segmentos do turismo e, de modo geral, pode ser associado a outras atividades turísticas, como uma atividade de lazer educacional que contribui pra aumentar a consciência do visitante e sua apreciação da cultura local em todos os seus aspectos – históricos, artísticos, etc. Desse modo, turismo cultural é uma segmentação do mercado turístico que incorpora uma variedade de formas culturais, em que se incluem museus, galerias, eventos cultural, festivais, festas, arquitetura, sítios históricos, apresentações artísticas e outras, que, identificam uma comunidade e que atraem os visitantes interessados em conhecer características singulares de outros povos. (DIAS, 2006, p. 39).

Conforme o autor, o turismo cultural é o segmento do turismo em que a cultura é o principal atrativo, podendo ser utilizada para fins educativos que visem promover a consciência do visitante e apreciação dos aspectos culturais da localidade.

Neste sentido, ao possibilitar ao indivíduo ou grupo social, a leitura e interpretação do seu passado, a História e Memória também permitem atualizá-lo de acordo com contexto social vigente, no sentido de lembrá-lo como importante ou esquecê-lo. Assim, existe uma linha tênue entre a memória e o esquecimento, onde as relações de poder irão afetar diretamente na seleção do que deverá ou não fazer parte do campo do memorável.

Para Chagas (2003, p. 141) “O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável”. Apoiando-se no pensamento do autor, pode-se

compreender que o processo de construção da memória está intrínseco a uma ação política que tanto elege quanto exclui, ou seja, é o meio detentor de poder que, consequentemente, possibilitará a leitura e a interpretação sobre o passado, através da memória presente previamente selecionada.

Diante do exposto, é possível compreender a importância de lembrar, de reconhecer e atualizar acontecimentos passados, a fim de resgatar os sentidos, as experiências e a história que identificam um indivíduo e a sua comunidade. Para Schmidt e Mahfoud, (1993, p. 289) “A memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os “quadros sociais” nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si”. Assim sendo, a memória pode ser entendida como a forma articulada das lembranças que atualizam os quadros sociais a partir do reconhecimento e da reconstrução destas.

No que se refere a memória coletiva, esta é muitas vezes influenciada e construída pela memória oficial, que, em termos gerais, não dá espaço para as minorias, colocando-as em uma memória subterrânea (Pollack, 1989).

A memória coletiva de um grupo é elencada através dos pontos de referências, que, consequentemente, seguindo uma condição hierárquica, o diferenciará entre os demais, ao mesmo tempo em que fundamentará e reforçará os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. Assim, pode-se entender que a memória coletiva é um fator construtivo da identidade cultural, ao formar e transmitir valores e sentimentos que agregaram e representaram determinado grupo social.

Contudo, referente ao processo de construção dessa memória, por razões que podemos ligar as relações de poder, ocorre falta de representatividade de determinados grupos e indivíduos. Logo, aqueles que exercem o poder, significam aquilo que deverá ser lembrado, que ficará na memória (Pollack, 1989).

No âmbito do turismo cultural e da sua relação com a memória, pode-se afirmar que é através do turismo cultural que os visitantes conhecem a memória coletiva de outros grupos. Deste modo, o turismo cultural ajuda a escolher o que será lembrado e o que será esquecido. No mesmo sentido, os museus são os guardiões da memória oficial e são os principais atrativos do turismo cultural.

Sobre os museus, Vasconcelos (2006) afirma que surgiram na Grécia Antiga, como “Casa das Musas”, local dedicado ao saber, as deusas da memória e a arte. Na Idade Média (séc. V-XV) a Igreja Católica formou grandes coleções para simbolizar seu poder (hoje vistas no Museu do Vaticano). Com o Renascimento (séc. XVI) as artes foram incentivadas pelos

Reis Absolutistas para compor suas coleções particulares em seus grandes palácios. No mesmo período ocorreu a formação dos impérios coloniais (até séc. XIX), onde as metrópoles também conquistaram coleções para seus museus palacianos. Até este momento, os museus tinham a função principal de preservação e status. No final do século XVIII, com a Revolução Francesa, as coleções dos Reis (que foram guilhotinados) tornaram-se públicas. Neste contexto, o primeiro museu como instituição pública é o Museu do Louvre, em Paris, que ganha também a finalidade de educar a população. Ao longo do século XIX e XX os Museus foram se consolidando... A Arte dos palácios transformou-se em Museus de Belas Artes; os Gabinetes de curiosidades do Novo Mundo, Museus de História Natural; os Gabinetes de Antiguidades, Museus de História e Arqueologia. Com os movimentos sociais da década de 1960, os museus passaram a ser questionados sobre quem tem de fato acesso aos museus. Emergiram propostas diferentes de museus, propondo mais interação com a comunidade, com turistas, com enfoque a diferentes públicos. Neste momento, os museus passam a ser pensados também como espaço de lazer cultural, além de pesquisa, educação e preservação, impondo desafios a gestão museológica (Mason, 2004). O Instituto Brasileiro de Museus está buscando esta aproximação com o Turismo, o que pode ser percebido em uma importante publicação de 2014 (IBRAM, 2014). Além do acesso, o acervo e a narrativa começam a ser questionados. De instituições de elite e para a elite, os museus vão aos poucos se tornando populares.

Neste sentido, relaciona-se a discussão dos museus e do turismo com o debate sobre os excluídos da história – negros, índios e mulheres. Entende-se que estes enquadram-se na memória subterrânea, ou seja, na memória que está abaixo da superfície (daquilo que é constituído como memória oficial). Desta forma, foram negligenciados pelos museus e, conseqüentemente, pelo turismo cultural. Neste silenciamento, há vestígios discursivos sobre estes grupos nos museus, os quais auxiliam na compreensão da ordem discursiva hegemônica de nossa sociedade.

No entanto, partindo da perspectiva de um outro turismo possível, acredita-se que este pode ter um papel educador e crítico, através de museus que ampliem suas narrativas. Assim, os museus poderiam desempenhar um papel importante ao dar voz aos silenciados, atualizando o debate social sobre os excluídos. Partindo deste pressuposto, numa perspectiva inclusiva, compreende-se que os museus podem salvaguardar à história destes grupos sociais, evocar às suas memórias e dar continuidade às suas histórias.

2. Mulheres, Negros e Indígenas nos Museus de São Cristóvão

Onde estão os negros, as mulheres e os indígenas nos Museus de São Cristóvão? A fim de responder este questionamento, foi realizada a pesquisa de campo em dezembro de 2015, utilizando-se a técnica da observação direta, com auxílio do instrumento do diário de campo, com 13 indicadores para nortear a observação: índios, negros/África, portugueses, mestiçagem, mulheres, etnia, religião, coronéis, trabalhadores, patrimônio imaterial, folclore, patrimônio material, cultura. Foram analisadas as narrativas patrimoniais e turísticas dos respectivos museus: Museu de Arte Sacra, Museu Histórico de Sergipe e Museu da Polícia Militar do Estado de Sergipe. Destaca-se que há outro museu importante no centro histórico, o Museu dos Ex-votos, localizado na Igreja e Convento do Carmo; no entanto, este museu estava fechado no momento da pesquisa de campo.

O Museu de Arte Sacra está localizado na Praça São Francisco, chancelada pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. É o terceiro maior museu de arte sacra do Brasil, reunindo em seu acervo mais de 500 peças de representações artísticas e religiosas datadas do século XVII ao XX. A seguir encontra-se uma imagem aérea da Praça São Francisco, sendo que acima localiza-se o Convento e Igreja São Francisco, onde localiza-se o Museu de Arte Sacra, abaixo (em frente) localiza-se o Museu Histórico de Sergipe.



Imagem 01 - Praça São Francisco / São Cristóvão / Sergipe
Fonte: UNESCO.

A visita iniciou com a leitura e a observação dos painéis explicativos, a fim de mapear as narrativas norteadas pelos indicadores e posteriormente, foi realizada a visita guiada por um dos monitores do museu. Já no início, identificou-se que os painéis abordam os

portugueses como “descobridores” que chegaram no Brasil no ano de 1500, trazendo junto os primeiros franciscanos. Verificou-se ainda, que com relação aos índios, as narrativas enfatizam que a Ordem dos Frades Menores ou Franciscanos, exerceram atividades missionárias com os índios (tupniquins/carijós) em Porto Seguro, Santa Catarina, entre outros locais. Em Sergipe, as informações contidas nos painéis, enfatizam que as tribos tupinambás eram as mais numerosas, com aproximadamente 30.000 índios, que à época colonial, povoavam as áreas entre o rio Real e o rio São Francisco.

Em uma de suas falas, o monitor do museu salientou que a Igreja Católica apoiava a guerra entre portugueses e índios, tornando-a uma guerra justa. Em outro momento, o monitor mencionou que os portugueses traziam de Portugal, pedras para construção de igrejas e em troca, levavam o ouro do Brasil. Não houve nenhuma crítica quanto ao massacre e genocídio indígena provocado pelos europeus nas guerras de ocupação, tampouco sobre a imposição da religião Católica, nem sobre a exploração das riquezas naturais brasileiras.

Observou-se também, que o museu aborda a dança de São Gonçalo como folclore, enfatizando a história do Santo São Gonçalo do Amarantes e não as tradições populares como patrimônio imaterial.

Quanto às mulheres, as considerações são sobre as histórias de algumas santas, como, por exemplo, da Santa Margarida, que é representada como uma imagem de mulher despida da cintura para cima se autoflagelando. O monitor ao explicar mais sobre a peça, salientou que a mesma é representada desta forma, por ter cometido o pecado de ir morar com um homem sem ser casada. Neste momento, o mesmo sorriu e comentou: *“ainda bem que os tempos mudaram”*! Assim sendo, o monitor apresenta um olhar crítico sobre a violência contra as mulheres, no entanto, o Museu não questiona os valores católicos que reproduzem esta violência.

Desta forma, percebeu-se que no Museu de Arte Sacra, as narrativas patrimoniais e turísticas, enfatizam os portugueses como descobridores e pouco despertam um olhar mais crítico sobre estes e os seus feitos, como a colonização dos índios e africanos, a exploração das riquezas do país, o genocídio indígena, etc.

Sobre os índios, as narrativas apenas salientam o processo de catequização destes povos pelos franciscanos como algo positivo. Em seus painéis está explícito que antes da colonização portuguesa haviam muitos índios ocupando o país, mas os discursos emergentes no museu não refletem com criticidade as desvantagens desta colonização (guerras, doenças,

aculturação), não destacam a cultura indígena e os descrevem apenas como povos que foram catequizados pelos portugueses –nas palavras do museu “descobridores”.

Com relação ao indicador mulheres, observou-se que de uma forma geral, as mesmas são destacadas e representadas por diversas santas, porém, os discursos identificados não despertam uma crítica para o machismo imposto pela igreja católica na época de vivência destas santas (mulheres).

O segundo espaço de memória visitado foi o Museu Histórico de Sergipe (MHS). O mesmo está localizado na Praça São Francisco. O prédio e o acervo datam do século XVII, porém, o espaço já foi ocupado para diversas funções (delegacia, escola, exatoria, etc) e somente foi inaugurado como museu no dia 5 de março de 1960, no governo de Luís Garcia. O acervo deste museu destaca obras de artistas plásticos sergipanos (Horácio Hora, Jenner Augusto, entre outros), armas de época, mobília de época, oratórios, urnas funerárias, entre outras peças. O museu aborda vários temas relacionados a história de Sergipe e contém significativas peças do acervo relacionadas ao período colonial brasileiro.

Da mesma forma como ocorreu a visita anterior, a visita ao MHS iniciou com a leitura dos painéis explicativos, observação do acervo e mapeamento das falas da monitora que acompanhou a visita.

Referente aos índios, o museu possui uma urna funerária, em uma sala em que contém peças diversificadas. A monitora do museu não enfatizou a peça, apenas mencionou que a mesma se trata de uma urna funerária indígena. Outra peça mapeada foi um Portal da Ordem (que se encontrava na entrada de uma igreja que não mais existe), do século XVIII, que foi esculpido por índios. A peça contém detalhes representativos angelicais. A monitora, em sua fala, explicou que os anjos possuem os olhos puxados porque buscou-se representar os traços indígenas, destaca-se, assim, a catequização. Assim, foi percebido que os discursos do MHS sobre este indicador, busca apresentar a cultura indígena através destas peças, mas não há um enfoque maior sobre os índios que viveram no estado, os seus costumes e ritos, o processo de catequização e adoção dos valores religiosos dos católicos, entre outras questões associadas ao acervo.

Outro indicador identificado foi o folclore. Existe um painel que explica que José Augusto Garcez defendia a criação de um museu público representativo do povo sergipano, destacando seus saberes e fazeres, o popular e o folclore. Neste indicador, é possível perceber a intenção da criação do museu, apesar do acervo ser material, também havia uma

preocupação com o patrimônio imaterial, mas no museu não foi possível identificar nenhum discurso referente a este patrimônio.

Ainda, foram mapeados no acervo peças religiosas. Há um nicho oratório pertencente aos coronéis, segundo a fala da monitora. Os detalhes da peça são sofisticados e trabalhados em ouro, vidro e madeira talhada. Logo à frente, fica um outro oratório que pertencia aos “escravos”, segundo a monitora. Esta peça é bem mais simples e não possui detalhes de ouro e vidro. Sobre estas peças, a monitora salientou que a sala remetia a vida religiosa dos coronéis e escravos e enfatizou a diferença das peças quanto aos detalhes. No entanto, não houve nenhuma crítica a escravidão. Houve a naturalização dos africanos e afrodescendentes como escravos e não um resgate da sua memória como pessoas que foram escravizadas. Não houve reflexões sobre o processo de imposição da religião Católica, nem foi mencionado o sincretismo religioso e a resistência do Candomblé.

Em uma outra sala, que representa um quarto de dormir das mulheres da época colonial, existe peças de mobília como, por exemplo, camas e baús. A monitora explicou que os baús eram feitos de madeira e ferro e que eram carregados pelos escravos, novamente sem crítica. Neste momento, todas as pesquisadoras ficaram inquietas imaginando qual tamanho era os esforços que os escravos faziam para carregar as peças, pois ferro e madeira são materiais pesados. Ao olhar para a peça, a monitora comentou que realmente era preciso um grande esforço para carregar os baús. Sobre as mulheres, não há nenhum comentário sobre como eram suas vidas, sobre as limitações de uma vida patriarcal, nem sobre resistências; apenas há um reforço do papel da mulher em seu espaço privado, do quarto, da esposa.

Adiante, foi identificado um painel, com um trecho escrito pelo historiador sergipano Samuel de Albuquerque, referente as casas grandes: “Viviam famílias grandiosas, com patriarca, sinhá e da numerosa prole de escravos domésticos [...] das varandas e janelas era possível observar a labuta diária dos escravos e trabalhadores nos engenhos. Seus porões eram escuros e misteriosos, seus quartos indevassáveis”. Aqui, percebe-se que o painel enfatiza de forma poética o cotidiano das casas grande, onde não há uma crítica e sensibilização para o cotidiano das pessoas escravizadas, salientando as suas condições de trabalho, tortura e maus tratos. Percebe-se, ainda, que o autor não salienta nenhuma crítica as senzalas onde dormiam os escravos, do contrário ele utiliza palavras como misteriosos e indevassáveis, para descrever tais ambientes, de forma poética.

Há ainda uma sala dedicada às pessoas ilustres de Sergipe. Nesta sala há bustos de políticos, juristas e intelectuais. Todos homens.

Finalizada a visita ao MHS, partiu-se para a visita ao Museu a Polícia Militar do Estado de Sergipe. A instituição está localizada na Rua Ivo do Prado - São Cristóvão/SE. O acervo do museu é de interesse militar, composto basicamente por armas, fardamentos, equipamentos e documentos.

Neste museu não houve a visita guiada e apenas foi feita a análise dos painéis e do acervo. Deste modo, referente aos indicadores abordados na pesquisa de campo, observou-se que uma das peças do acervo exibe um manequim feminino com o fardamento utilizado pelas mulheres da polícia militar de Sergipe, em suas funções administrativas. A peça fica exposta ao lado de outro manequim representando a versão masculina. Percebe-se que, ainda que de modo superficial, o museu destaca a representatividade feminina em um espaço historicamente masculinizado como é a polícia.

Na sala de exposições temporárias, dedicada a exposição das obras de artistas plásticos sergipanos, havia uma exposição com a temática da mitologia indígena, com peças que representavam os deuses e deusas. Foi percebido que, referente a esta exposição, não houve uma preocupação com uma pesquisa científica sobre a temática em questão, sendo algo totalmente espontâneo do responsável pela exposição. Houve uma generalização sobre mitologia indígena, quando, na verdade, existem diferentes povos indígenas no Brasil. Por um lado, houve a preocupação em incluir os indígenas na sala de exposições temporárias do museu; por outro, não houve o respeito e preocupação necessários.

Considerações Finais

Ao finalizar este artigo, percebeu-se que as narrativas dos museus de São Cristóvão analisados (Museu de Arte Sacra, Museu Histórico de Sergipe e Museu da Polícia) acabam por excluir mulheres, negros e indígenas. Exclusão é aqui entendida de duas formas: como um silenciamento da história destes grupos; e, como uma reprodução dos discursos hegemônicos sobre a história. Ou seja, foi evidenciada uma narrativa histórica a partir do olhar dos vencedores/dominadores.

O português aparece como um herói, descobridor e colonizador; sem que seja salientado o outro lado da história, do português como um explorador, que foi responsável pelo genocídio indígena, pelo tráfico de seres humanos para o trabalho escravo e pela imposição de sua cultura para outros povos. Os indígenas aparecem como “bons selvagens” catequizados. Os negros são mostrados como escravos, de uma maneira naturalizada. As

mulheres pouco são mencionadas e emergem como santas e esposas, com exceção do Museu da Polícia que apesar de pequeno escolheu trazer a farda de uma mulher policial.

No entanto, há também iniciativas de resistência e de releituras da história. Destaca-se, neste sentido, o “Círculos dos Ogãs”⁴, realizado de 2010 a 2013, pelo Museu Histórico de Sergipe e pela ONG SAHUDE, com objetivo de trazer as religiões afro-brasileiras para a Praça São Francisco e discutir questões étnico-raciais.

Neste sentido, observa-se que estes espaços de memória poderiam atuar como mediadores culturais e agentes de transformação social, no que tange a sua capacidade de educar a sociedade (através das escolas e do turismo cultural) de forma interessante e atrativa. Desta forma, os referidos museus poderiam readequar seu acervo e sua narrativa (tanto no que tange aos painéis explicativos, quanto à fala dos monitores), a fim de incluir os excluídos, evocar às suas memórias e darem continuidade às suas histórias.

Assim sendo, pode-se questionar sobre a maneira que a história tem sido narrada pelos museus, como ela está imbricada em uma ordem discursiva que reproduz relações de poder patriarcais e racistas. Reforça-se a importância de pesquisar esta temática e aprofundar esta reflexão em trabalhos futuros.

Referências:

ABADIA, Bejanize; BARROCO, Helio Estrela. Cidade de Sergipe D’el Rei: o patrimônio e o turismo no centro histórico de São Cristóvão, Sergipe. **Rosa dos Ventos**, v.4, n.º4, 2012.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e Turismo**: discussões contemporâneas. Campinas, SP: Papirus, 2007.

CANCLINI, Nestor. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: Aguilar, E. (Org.). **Patrimônio Etnológico**: Nuevas perspectivas de estudio. Sevilla: Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999.

CASTELO, Cláudia. **O Modo português de estar no mundo**. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1998.

CHAGAS, Mario. Memória política e Política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (orgs.). **Memória e Patrimônio**: Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 141-170.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural**: Recursos que Acompanham o Crescimento das Cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

⁴Disponível em: http://sociedadesahude.blogspot.com.br/2013_11_01_archive.html

FORTUNA, C.; LEITE, Rogerio Proença (Orgs.). **Diálogos Urbanos**: territórios, culturas e patrimônios. Coimbra: Almedina, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

GASTAL, S.; MOESCH, M. **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

GASTAL, Susana. Alegorias Urbanas: o passado como subterfúgio. Campinas: Papirus, 2006.

GUIMARÃES, Antônio S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005.

HUYSEN, Andréas. **Passados presentes**: mídia, política, amnésia. In: Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBRAM. **Museus e Turismo**: Estratégias de Cooperação, Brasília: IBRAM, 2014.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LEAL, Rosana; ARAGÃO, Ivan. Memória, Patrimônio e Atrativo Turístico: A Doçaria na Festa do Nosso Senhor dos Passos, em São Cristóvão-Sergipe. **Rosa dos Ventos**, vol.4, n. 3, 2012.

LOURENÇO, Eduardo. “Uma cultura do silêncio”. IN: Ribeiro, Jorge. **Marcas da Guerra Colonial**. Porto: Campo das Letras, 1999. pp. 220-222.

MASON, T. Educação em Museus. In.: **Gestão Museológica**: Desafios e Práticas. Série Museologia, vol. 3. São Paulo: EdUSP, British Council, Vitae, 2001.

MASON, Timothy. Planejamento para Museus. In.: **Gestão Museológica**: Desafios e Práticas. Série Museologia, vol. 7. São Paulo: EdUSP, British Council, Vitae, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Fernando. **Capacidade de carga nas cidades históricas**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da história**: mulheres, operários e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, nº 2, julho-dezembro/2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v.2, nº. 3, 1989.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, nº 1/2, 1993.

VASCONCELLOS, Camilo. **Turismo e Museus**. São Paulo: Aleph, 2006.